

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

FABIANA DE SOUZA COSTA MELO

**CAMINHOS ENTRE A PRÁTICA E A TEORIA
MEMÓRIAS E REFLEXÕES**

Americana

2005

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

FABIANA DE SOUZA COSTA MELO

CAMINHOS ENTRE A PRÁTICA E A TEORIA
MEMÓRIAS E REFLEXÕES

Memorial apresentado ao Curso de Pedagogia –
Programa Especial de Formação de Professores
em Exercício nos municípios da Região
Metropolitana de Campinas, da Faculdade de
Educação da Universidade Estadual de Campinas,
como um dos pré-requisitos para a conclusão da
Licenciatura em Pedagogia

Americana

2005

A Deus...
em primeiro lugar,
A minha família,
meus pais,
meu marido,
minha filha,
meus irmãos,
minhas cunhadas,
meus amigos,
meus alunos...

*“Quando o homem compreende sua realidade,
pode levantar hipóteses sobre o desafio
dessa realidade e procurar soluções.
Assim, pode transforma-la e seu
trabalho pode criar um mundo próprio,
seu eu e suas circunstâncias”.*

Paulo Freire

ANEXOS

Anexo 1 – Convivendo com a sexualidade.....	35
Anexo 2 – Projeto Político Pedagógico	39
Anexo 3 – O lúdico e a formação do professor.....	48

SUMÁRIO

1-APRESENTAÇÃO.....	1
2-INTRODUÇÃO.....	2
3- PRA INÍCIO DE CONVERSA.....	4
4- FORMAÇÃO OU INSTRUÇÃO.....	9
4.1 – O que queremos?.....	9
5- INFÂNCIA, NOVOS OLHARES.....	13
5.1- A primeira infância, sua história e dimensões educacionais.....	13
5.2- A cultura infantil.....	18
5.3- O perfil do educador infantil.....	21
5.4- Os caminhos da afetividade.....	25
5.5- Brincar pra quê?.....	28
6- AVALIAÇÃO.....	30
6.1-Avaliação, instrumento de inclusão ou exclusão social.....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
BIBLIOGRAFIA.....	33
ANEXOS.....	35

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus pela vida e força que me levou a persistir e não desistir.

A meus pais, Nair e Jasmiro, principais incentivadores para a minha caminhada nos estudos e na vida, e pela dedicação e cuidados com a minha filha e família.

A meu marido Alexandre e minha filha Caroline pelo carinho e compreensão em muitos momentos de ausência.

A meus irmãos Sandra e Ricardo e minhas cunhadas Queila e Fátima, que continuam sonhando e lutando por uma formação.

A minhas amigas Adriana, Arminda e Fernanda, pelos momentos que passamos juntas e pelas trocas riquíssimas que tivemos e contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional.

A meus alunos que me inspiram a sonhar e a buscar, e por tudo que construímos dia a dia.

1. APRESENTAÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo principal, relatar as contribuições que a formação continuada através do curso de Pedagogia – Programa Especial para Professores em Exercício, deram à minha prática pedagógica, buscando realizar uma relação entre esta prática e teorias estudadas ao longo do curso.

Procurarei abordar questões relacionadas a Educação Infantil, pois a tenho como um desafio, diante de tantos preconceitos e desvalorização desta fase tão importante da criança, destacando algumas disciplinas destinadas a essa educação da primeira infância, como Educação de 0 a 6, Pedagogia da Infância, Psicologia, entre outras, que proporcionaram um aprofundamento significativo a esta fase, comprovando a seriedade que a mesma deva ser tratada por todos, especialmente pelos profissionais ligados diretamente com ela, pois o conhecimento é o caminho para esta valorização.

2. INTRODUÇÃO

“Registrar a própria prática pode ser um rico instrumento de trabalho para o professor que busca reconstruir os conhecimentos junto com os alunos, pois o retrato vivido proporciona condições especiais para o ato de refletir” (Cecília A roda e o registro: uma parceria entre professor, alunos e conhecimento, 1993: 61)

Pretendo narrar por meio de memórias, registros e reflexões pessoais a minha trajetória de formação, constituindo um memorial, elencando as contribuições que a mesma propicia a minha prática em sala de aula, mas especificamente na Educação Infantil, a qual dedico toda a minha atenção e trabalho no atual momento.

Procurarei descrever as várias contribuições que com certeza a formação continuada proporcionou ao meu trabalho e relacionamento com as crianças, para um cotidiano de descobertas e trocas que enriqueceram tanto a minha vida profissional, como a pessoal, pois a minha constituição como educadora infantil e formação acadêmica, se acompanharam praticamente lado a lado.

Devido a pouquíssimos exemplos de professores preocupados e críticos no decorrer da minha vida escolar e por falta do exercício do falar, sempre encontrei dificuldades em opinar e questionar questões educacionais, embora tivesse muitas idéias, angústias e descontentamentos, não tinha facilidade de organizá-las de forma clara e lógica.

Assumir uma postura de análise da própria prática, implicou mudança de atitude, desencadeada pela avaliação das minhas próprias ações, do planejamento do novo e reflexões sobre o passado, direcionado a articulação entre a teoria e a prática na minha formação como docente.

Através dos textos estudados na disciplina de Pesquisa Educacional, constatei a importância do espírito de investigação e do ato de registrar como elementos fundamentais para que eu pudesse encontrar caminhos para nortear a minha prática, e não deixar se perder dados relevantes à esta reflexão.

O memorial é também um grande desafio, pois nele ficará registrado as marcas de minha vida, formação pessoal e profissional, uma exposição difícil, onde desejos, experiências, valores, concepções e a minha própria história, estarão relacionadas com a forma de tomar para mim, algo para que eu possa se apropriar, conceitos relevantes à construção de saberes sobre a minha profissão, já que a minha identidade profissional está ligada intimamente com a identidade pessoal.

Constatei que refletir é o caminho, pois quando minha prática é objeto para reflexão, posso compreender o percurso das minhas ações e orientá-las visando a qualidade e desempenho do meu trabalho com as crianças.

A Educação infantil deve ser tratada com seriedade, e entender as dinâmicas que a envolvem é o princípio para a conquista e sucesso das minhas ações educativas, e é nela que se baseará meu discurso.

3. “PRA INÍCIO DE CONVERSA”

Narrar momentos e acontecimentos da minha vida pessoal e profissional, talvez faça das muitas das coisas que citarei, sentido, são marcas que talvez involuntariamente contribuíram para as lutas diárias, ações pedagógicas e para o caminhar na busca para o oferecimento de uma educação digna e de qualidade.

Iniciarei meu trabalho de rememoração, citando fatos escolares, que poderão contribuir para a compreensão de vários aspectos constitutivos de minha vida profissional e pessoal, como afirma Kenski :

“A análise e discussão das marcas do passado podem levar a compreensão da repercussão, na vida profissional, de diferentes situações vividas: crises, mudanças, rupturas, sucessos e fracassos. Esse conhecimento possibilita ao professor tomar medidas no sentido de superar determinados problemas, reformular concepções pessoais sobre sua maneira de ensinar, seu relacionamento com a disciplina, as formas que utiliza para avaliar seus alunos, etc. além de resgatar a imagem de um bom professor, construída a partir dos contatos efetuados durante toda a sua trajetória escolar” (grifos da autora – Kenski, 1996: 106-107)”

Sempre fui muito incentivada pelos meus pais, que viam na escola, a esperança de um futuro melhor, única forma de ascensão social, já que os mesmos tiveram poucas oportunidades de freqüentar regularmente uma escola, e como meu pai sempre dizia mal conseguiam ler e escrever direito.

Minha escolha pela profissão partiu de uma necessidade e curiosidade, pois como na época que terminei o primeiro grau, o magistério era um dos únicos cursos profissionalizantes gratuito, fui matriculada no mesmo, principalmente para ter uma profissão e intrinsecamente mesmo sem saber na época, buscar respostas para perguntas que me intrigavam ao longo da minha trajetória escolar, situações

carregadas de injustiças, rótulos e desconhecimentos, querendo compreender a atitude de professores que tive, que por um motivo ou outro transformavam a escola em um ambiente totalmente torturante.

Iniciei minha trajetória na pré-escola, e mesmo com todo incentivo e entusiasmo que tive, não foi um bom começo, a educação era baseada no treino da coordenação motora, e eu não conseguia entender o que a professora dizia, e principalmente pelo fato de sermos ridicularizados e menosprezados quando não sabíamos, me deixei ser comandada pela obediência e medo que tinha, não pedindo explicações.

Na primeira série fui aprendendo os códigos através dos ensinamentos do meu pai, que se esforçava com o pouco que sabia para me ensinar as famosas famílias silábicas, como ele havia aprendido, me ensinando a ler e a escrever e me tirando do sufoco e do autoritarismo presente na escola.

Continuei estudando amparada pelo meu pai, pois não me sentia segura com as professoras, tendo a segunda e maior frustração na 3ª série, quando o conhecimento dos códigos não foi suficiente, e segundo a professora não conseguia acompanhar a sala, sendo rotulada como aluna problema e encaminhada à uma psicóloga. Foi o momento mais marcante no meu tempo de escola, pois o que mais me entristeceu era a vergonha que sentia dos meus pais e o sentimento de ter destruído o orgulho e sonhos que tinham para mim.

A partir daquele dia, busquei forças e lutei muito para provar o contrário do diagnóstico da professora buscando resgatar as esperanças dos meus pais.

Obtive sucesso e no antigo ginásio encontrei professores especiais, entre eles

o professor Cláudio, da disciplina de Português, que com sua paixão pelo que fazia, fez com que eu atribuísse novos significados à escola.

Os três primeiros anos de magistério pouco me acrescentaram, pois os professores mantinham os mesmos valores dos do ensino fundamental, os ensinamentos eram pautados na forma empirista, não havia reflexões e acreditavam nas famosas receitas que vemos até hoje, lembro-me claramente aquela famosa pasta que fazíamos com desenhos para representar as datas comemorativas, tidas como algo essencial ao trabalho pedagógico.

Somente em 1994, no último ano de magistério, percebi que algo estava mudando, pois, recebemos alguns professores que nos traziam novas idéias, desmitificando muitas coisas trabalhadas nos três anos anteriores.

Formada e repleta de idéias, comecei a trabalhar logo em seguida, como estagiária na mesma escola que estudei, coincidência ou não, ali estava eu de volta, senti de início medo e depois uma sensação de conforto e vitória, pois eu estava ali e agora em outra posição e não como a menina frágil do passado.

Fiquei um ano como estagiária e o diretor que havia sido meu professor de português no ginásio (com certeza um dos exemplos positivos, dentre os poucos que tive), me convidou para assumir uma sala denominada primeira série do ciclo básico, abandonada pela professora no meio do ano. Senti uma mistura de receio e expectativas, pois o que mais queria era ter contato direto com as crianças, e a oportunidade estava ali.

O receio inicial foi apagado quando me deparei com o olhar das crianças à mim, via em seus olhos um misto de curiosidade e insegurança, e neste momento me reporteí a minha infância, e constatee o meu lugar naquele momento e a certeza

de tentar fazer tudo diferente, não me deixando corromper pelas ideologias autoritárias, perversas e rudes de uns e outros que desconheciam o verdadeiro sentido de educar, e que não priorizavam em seu trabalho o comprometimento e respeito com o ser humano, foi difícil, mas gratificante compartilhar e construir conhecimentos junto com as crianças.

Trabalhei quatro anos no ensino fundamental como ACT (admitida em caráter temporário) e devido a municipalização ocorrida na cidade, não consegui continuar meu trabalho no Estado, sendo obrigada a trabalhar apenas como eventual, com substituições, tempo também de muitas aprendizagens já que tinha contato com diferentes idades, podendo assim comparar as diferentes intervenções, metodologias e atividades planejadas para cada faixa etária.

Fiquei dois anos distante do exercício da profissão, me dedicando à gravidez e aos cuidados com a minha filha, mas a ansiedade de voltar me fez prestar o concurso e assumir um novo rumo a minha vida profissional, a Educação Infantil na Prefeitura Municipal de Americana.

Um novo desafio e realidade surgiram em minha vida, pois nunca havia trabalhado com crianças pequenas e tive que buscar novas fontes de conhecimentos para tentar compreender aquele mundo que era para mim desconhecido e inicialmente bem difícil.

Toda a ansiedade inicial de voltar a lecionar foi tomada pela angústia e desconhecimento do trabalho que era realizado com as crianças pequenas. Confesso que fiquei totalmente perdida, pois a realidade que conhecia era totalmente diferente da educação da primeira infância.

Somente com o trabalho coletivo que existia na primeira Emei que trabalhei, hoje denominada Casa da Criança Urupê, e as trocas freqüentes entre os educadores me fizeram persistir, proporcionando uma mudança de atitude e forças para buscar informações e estudos que me auxiliassem no trabalho com as crianças pequenas.

Hoje trabalho em uma instituição que atende crianças de 0 a 6 anos, mas especificamente com crianças de quatro e cinco anos, e no decorrer destes quatro anos de exercício, descobri na educação infantil, uma nova perspectiva, criando novas formas de olhar e organizar o meu trabalho, embora acredite no longo caminho que ainda preciso percorrer.

Busco hoje, ressignificar os meus conhecimentos, ações e tudo que vivi, procurando ampliá-los de forma à atender os meus anseios e as necessidades das crianças, um caminho para a reflexão e mudança.

4. FORMAÇÃO OU INSTRUÇÃO

“A identidade não é jamais concebida, ela é sempre construída e reconstruída”

Dubar

4.1 O QUE QUEREMOS?

Encontra-se em diversas profissões, não de exclusividade, a do professor, a acomodação, a falsa credibilidade de que já está instruído o suficiente em relação à área de atuação e que um único curso aperfeiçoa e mune para o campo de trabalho.

O magistério é um dos exemplos clássicos, pois muitos de nós até pouco tempo, aproximadamente quase três anos atrás, o tinha como único curso escolar para atuação profissional, e hoje, a certeza que apenas a continuidade deste aperfeiçoamento nos auxiliara na prática pedagógica.

Mas que tipo de aperfeiçoamento é este? O que queremos, instrução ou formação?

Pude perceber ao longo do exercício da minha profissão, cursos ditos para formação, mas que na realidade tinham o único objetivo de treinar, manter-nos vigiados quanto a prática a ser desenvolvida. É perceptível as diferenças fundamentais entre formar e treinar, só é preciso percebê-las.

Nos treinamentos propõe-se que o educador seja um mero executor de propostas, desconsiderando sua identidade, seus conhecimentos e a importância de seu papel junto as crianças, já a formação tem objetivos mais amplos que o treino, pois o professor é agente ativo deste processo, precisa ter oportunidades de estudar a teoria , a partir de discussões práticas, reflexões, questionamentos e debates.

Quando se acredita na concepção de que “receitas” dão conta para se adquirir êxito escolar das crianças e do trabalho a ser desenvolvido, o ambiente escolar se transforma em enfadonho e previsível as práticas de trabalho, o cotidiano e a forma de olhar, por isso, é preciso refletir como direcionar este olhar, e o que se permite ver.

As mudanças acontecem a todo o momento e a tecnologia toma conta de todo o mundo, será possível ficar estático a todas estas transformações? Como lidar com a modernização e os anseios de nossos alunos?

Só não percebe aquele que não quer, pois fecha os olhos e fica alheio a diversidade de atitudes, de valores culturais, sociais e familiares da criança, ignorando a mesma como um ser sócio-cultural e tentando moldá-lo segundo seus próprios princípios e valores. Com certeza este não é o educador que acompanha as transformações da sociedade.

Sabe-se que a instrução por si só, não dá mais conta de acompanhar as mudanças e necessidades da sociedade e que as mesmas exigem uma nova organização do trabalho pedagógico que privilegiem a criança e o educador, como agentes deste conhecimento, ambos, com papéis ativos.

Por isso cabe ao educador pesquisar e conhecer o desenvolvimento infantil a fim de poder organizar atividades onde a criança possa experimentar situações reais das mais diversas, fazer escolhas, tomar decisões, socializar conquistas e descobertas, um espaço de construção de direitos e deveres, não de forma espontaneísta e sem objetivo, mas com seriedade para que se possa colaborar com o desenvolvimento integral e a construção da autonomia infantil ao longo de sua formação. Assim destaca Arroyo:

“Estamos em um momento de reafirmação da dimensão de trabalhador qualificado, senhor de um saber de ofício, um mestre nas artes de ensinar e educar, insubstituível, resistindo às ameaças de sua descaracterização” (Arroyo, 2000)

Por isso é preciso que o educador assuma uma postura de comprometimento com a sua própria profissionalização, para que ele possa orientar suas ações que tenha como princípios a promoção do desenvolvimento, da democracia, da justiça social, da valorização da heterogeneidade e do respeito as diferenças, tentando amenizar as desigualdades sociais.

Observo que nas instituições de Educação Infantil, tem-se a preocupação com esse desenvolvimento, mas o que acontece é a orientação do seu trabalho pautada na incorporação de “modismos” pedagógicos, tentando constituir nos profissionais uma identidade reprodutora.

É preciso o domínio de conhecimentos relevantes, para que haja o fortalecimento profissional e autoridade para a formulação de um discurso coerente sobre estes conhecimentos, por isso, é necessário descartar modismos sem fundamentos e encarar o profissional de educação como produto de ações, desencadeadas do seu crescimento pessoal, aquisição e aperfeiçoamento de competências e sua socialização profissional.

Por isso temos que assumir uma postura crítica em relação ao que nos é oferecido, e não deixar que tornem o nosso olhar cristalizado nos estereótipos, provocando em nós paralisia, fatatismo e cegueira, fala de Madalena Freire que me chamou atenção, discutida em uma aula de Pesquisa educacional.

É preciso que haja uma cultura de formação permanente, baseada na reflexão e na análise compartilhada da prática educativa onde o educador esteja à

frente do processo construtivo do conhecimento pelas vias da pesquisa da elaboração própria, da teorização das práticas. Para Paulo Freire:

“O que há de pesquisador no professor não é uma qualidade ou uma forma de ser ou de atuar que se acrescente à de ensinar. Faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa. (...) Ninguém forma ninguém. Cada um forma-se a si próprio” (Freire, 1996).

O comprometimento com a formação é o caminho para o desenvolvimento de práticas pedagógicas coerentes e eficientes, pois ao teorizar minhas ações foi possível realizar reflexões que produzisse em mim o desenvolvimento de um olhar pensante e crítico, compreendendo a necessidade essencial do aprender contínuo.

O aprender contínuo é essencial em nossa profissão, deve se concentrar na própria pessoa do professor e na escola como ambiente de crescimento profissional permanente, tendo o conhecimento como objeto de reflexão permanente.

5. INFÂNCIA, NOVOS OLHARES

“O ser humano cresce num ambiente social e a interação com outras pessoas é fundamental a seu desenvolvimento”

Vigotsky

5.1 -A primeira infância, sua história e dimensões educacionais.

Para compreender a infância atual e o enfoque dado a ela na sociedade contemporânea é importante conhecer todos os aspectos que a envolveu desde a sociedade tradicional, até os dias de hoje, suas singularidades e especificidades, para que haja uma reflexão produtiva buscando eixos que conduzam à uma prática condizente à criança e seu desenvolvimento, pois quando eu consigo reapropriar da minha própria história e entendo a criança que eu fui, posso saber que tipo de criança pretendo formar.

A Educação Infantil tem sido constituída historicamente, assumindo diversas formas e funções, como: assistência social, função sanitária ou higiênica e, mais recentemente, função pedagógica, e estudar sua trajetória histórica me fizeram atribuir novos significados a infância e ações pedagógicas utilizadas ao longo do tempo.

Segundo o historiador Philippe Ariès (1981) o sentimento de infância é uma construção social, invenção de uma nova forma de organização da sociedade e de uma nova mentalidade que passa a ver a criança como alguém que precisa de cuidados e educação. O conceito de infância começa a surgir no final do século XVII, consolidando-se no final do século XVIII, pois antes disso, a criança era ignorada pela sociedade dos adultos, não havendo nenhuma atenção ou cuidados

específicos para com ela, sentimento que se revelava nas altas taxas de mortalidade infantil, retratados claramente no livro “o mito do amor materno” estudado e discutido na disciplina de Educação da criança de 0 a 6 anos, provocando inicialmente um misto de revolta, por não concebermos aquelas atitudes de desrespeito com a criança e logo após a compreensão de cada atitude dentro de um contexto histórico.

Um novo sentimento de infância passa a ver a criança como o futuro da Nação. Compreendida agora como um ser frágil e inocente (idéia romântica da infância) e ao mesmo tempo imperfeito e irracional, atribui à educação a transformação destes seres em homens inteligentes e educados. Apesar de reconhecida como uma fase específica, a infância torna-se uma fase passageira. A criança é o homem de amanhã, é um “vir a ser”, um sujeito biológico composto de estágios de desenvolvimento necessários para tornar-se adulto, um projeto de futuro, e não, um sujeito em si.

Esta concepção de infância foi utilizada como lema nas escolas, preparação do aluno para ser um cidadão, embora ainda seja possível encontrar educadores que pensem desta forma, sem se dar conta que a criança nasce cidadão e que o mesmo não é um vir a ser.

Reconhecer a criança como um ser social, implica reconhecê-la como agente desta sociedade, capaz de participar da mesma de forma efetiva, produzindo conhecimentos e cultura.

Por muito tempo a educação infantil foi explicitamente relegada à segundo plano, e talvez ainda hoje, tratada como o “primo pobre” da educação, já que assume papel secundário em relação ao seu caráter educativo e verbas destinadas a ela.

É possível perceber claramente, através de estudos as mudanças no seu enfoque, e à que margens caminha essa educação, já que a preocupação com a infância e questões referentes ao planejamento do trabalho e formação de seus profissionais está cada vez mais presentes, embora com certa restrição, pois a mesma está a mercê das práticas políticas em cada mandato.

Vários aspectos da educação infantil vêm amadurecendo, sendo foco de muitas discussões, mas com um longo caminho a percorrer para mostrar e comprovar o seu papel e importância, contribuir para o desenvolvimento do ser humano na construção de seus conhecimentos desde os primeiros anos de vida, contemplando tanto o educar como o cuidar, embora desmitificar a imagem de “parquinho” exija um trabalho árduo e coletivo, junto à comunidade e todos envolvidos com a educação, na busca da valorização da infância e dos profissionais que com ela atuam.

A escola de educação infantil deve respeitar a individualidade da criança, estimulando seu desenvolvimento como um todo, sendo um local de interação. Devendo ser também espaço de construção de direitos e deveres e onde é estimulado o exercício efetivo da cidadania.

Na educação infantil o trabalho pedagógico deve ser permeado pelas questões do cuidar e educar, atendendo de forma integral a criança e suas necessidades embasadas nas reflexões a cerca de tudo que envolve o universo infantil.

Sabe-se que a LDB, garante e privilegia a educação da primeira infância, reconhecendo a educação infantil, e colocando-a em pé de igualdade com o ensino fundamental e médio denominando os mesmos como Educação Básica, mas a

mesma não é considerada na íntegra em todos os estados, afirmando a contradição de valores atribuídos à educação em todo país.

Segundo a Lei de Diretrizes e Base, capítulo II - Da Educação Básica, Seção II - Da Educação Infantil, da Lei nº 9.394, que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 29º. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30º. A educação infantil será oferecida em:

- I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;
- II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31º. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

No que diz respeito à legislação brasileira, muitas foram as conquistas, com leis que dizem garantir uma educação que considere a criança como sujeito de direitos, e profissionais com formação adequada, mas as concretizações das ações determinadas pela LDB ainda não foram cumpridas em íntegra, devido a políticas públicas limitadas de cada município.

Pode-se dizer então que o olhar sobre a criança e sua valorização aconteceu na sociedade de forma distinta, e é decorrente da organização de cada sociedade, de suas estruturas culturais, econômicas e sociais, sendo a infância, produto da história das sociedades.

Diante desta perspectiva é importante reconhecer a criança como um ser social e cultural, para rever posturas e metodologias utilizadas, como coloca Kramer:

“Conceber a criança como ser social que ela é, significa considerar que ela tem uma história, que pertence a uma classe social determinada, que estabelece relações definidas segundo seu contexto de origem, que estabelece relações definidas segundo seu contexto de origem, que apresenta uma linguagem decorrente dessas relações sociais e culturais estabelecidas, que ocupa um espaço que não é só geográfico, mas que também é de valor, ou seja, ela é valorizada de acordo com seus padrões de seu contexto familiar e de acordo também com sua própria inserção nesse contexto” (Kramer- 1986).

A criança não chega à escola vazia e nem a mesma tem o objetivo de preenchê-la, o universo escolar deve ser um espaço de construção conjunta, local de vivências onde seja assegurado o direito à infância e uma educação de qualidade.

5.2- A cultura infantil

Historicamente foi possível constatar as mudanças ocorridas em relação à infância, em busca de uma cultura infantil, é perceptível a criança como foco de discussões, muito se tem falado dela nos dias atuais, na busca de seus direitos, proclamação de injustiças e a luta por uma Infância cidadã numa sociedade adultocêntrica.

Direitos assegurados no papel, mas com muitas crianças à margem de todo tipo de opressão: violências, abusos, trabalho infantil, altas taxas de mortalidade, falta de assistência médica e escolar, maus tratos, entre outros, dando a impressão que as crianças estão presentes superficialmente em tudo e na centralidade de nada.

É preciso perceber as mudanças na estruturação familiar, econômica e social da família e suas conseqüências, não se pode viver parado no tempo, pois cada época revela situações, modificando culturas existentes, tem-se como exemplo claro a configuração familiar, onde antes prevalecia a família nuclear (pai, mãe, filhos), e hoje convivemos com diversas estruturas familiares.

Entende-se a infância como “um artefato social e histórico e não uma simples entidade biológica” (Steinberg & Kincheloe, 2001, p11), desmitificando a idéia antiga, da criança padrão, universal, descaracterizando análises fixas e imutáveis para qualquer criança de qualquer tempo e lugar.

As mudanças ocorridas na sociedade começaram alterar-se intensa e velozmente, implicando modificações intensas na infância, como a falta de tempo

para a criança, “perda” da infância, isolamento nos lares, influência da mídia, entre outros.

A televisão, por exemplo, assumiu papel essencial para prover a ausência da família, uma conseqüência da infância pós-moderna, uma espécie de “babá” eletrônica, influenciando, ditando padrões de moral, ética, estética, em suma como se deve agir e conduzir a vida, e é recebida como membro familiar, que suprirá o tempo que não temos para se dedicar aos filhos, deixando-nos apenas de forma imediata confortados.

Infelizmente não se leva em conta o abismo que este recurso poderá criar na relação familiar, quando não utilizada de forma coerente e crítica, permitindo à mídia a proliferação infinita de significados, despertando nas crianças conceitos como o “ter”, desencadeado pelo consumismo desenfreado.

A questão principal é que se vive buscando receitas de como agir, de estar no comando, e assim perdemos o controle, e o desespero impulsiona a atribuição de responsabilidades à outros, muitas vezes focando a criança como o problema, subestimando a mesma, seus pensamentos e sentimentos.

As crianças na atualidade estão totalmente expostas à mídia, recebendo uma quantidade enorme de informações, detendo muitas vezes mesmo que de forma superficial e desorganizada, mais informações que os próprios adultos, bem diferente da sociedade tradicional que sustentava a autoridade dos mais velhos sobre os mais jovens, sendo vetadas informações sobre determinados temas, como sexualidade e crime, tão naturais na infância atual.

Kincholoe, 2001 aponta que “os professores e a cultura escolar tratam as crianças como se elas não soubessem nada do mundo adulto, as crianças consideram a escola arcaica e, fora da sintonia com o tempo”.

Como educadora infantil penso que precisamos considerar os anseios e saberes da criança referente ao mundo, adotando um olhar inovador perante comportamentos no âmbito escolar e familiar, e na disciplina de Sexualidade pude perceber como se evita discutir questões referentes a sexualidade nas escolas, acredito que por medo, valores e desinformação e se despir de tabus é muito difícil, pude através da disciplina ampliar o meu olhar e o fruto disto foi um relato onde foi exposto minhas reflexões sobre o assunto. (Anexo 1)

É preciso repensar atitudes e estabelecer uma relação que anule ou amenize as influências negativas tão presentes na sociedade contemporânea, através de reflexões, abolindo condutas autoritárias e preconceituosas nas práticas em sala de aula.

5.3- O perfil do educador infantil

O papel e valor dado ao educador é construído historicamente, então é importante reportar-se à profissão do educador no passado, para se fazer a tentativa de entendê-la nos dias atuais.

No Brasil a profissão do educador, até meados dos anos 60, era respeitosa e honrada, mas o educador de crianças pequenas (creche, parques infantis, jardins de infância, entre outros) era confundido como o substituto, principalmente da mãe, sendo essa profissão ocupada quase que exclusivamente, por mulheres.

Logo após, a profissão foi perdendo seu destaque e responsabilidade perante a sociedade, sendo então uma opção para os que precisavam de um curso que profissionalizava ou que pretendiam dar continuidade à tradição familiar.

Recordo-me que encontrei no meu curso de magistério, professores que haviam vivenciado o auge da profissão, e que comentavam saudosamente deste tempo e os que desde o início do exercício da sua profissão já sofriam pela desvalorização e descaso atribuída à ela.

Inicia-se então um processo de desprofissionalização, pois a formação e condições de trabalho pela sua precariedade aniquilam a classe trabalhadora, fruto de políticas governamentais deslocadas e equivocadas.

Precisa-se refletir então qual o perfil adequado ao professor hoje, lembrando que o mesmo não deva ser moldado e reproduzido segundo interesses políticos, e sim constituído por meio de reflexões a cerca do que a criança necessita hoje.

Não tem como fingir que não se vê as diversas mudanças ocorridas na nossa sociedade e muito menos ficar estático à ela, as mudanças são rápidas, e por isso a

necessidade de uma formação irrestrita, aberto aos conhecimentos de mundo é cada vez mais presente para atender os anseios de nossas crianças.

Conhecer e utilizar os instrumentos utilizados na escola com criticidade, também é um grande passo para a realização de um trabalho docente de qualidade.

Para mim um exemplo claro foi a participação na elaboração do Projeto Político Pedagógico, pois não o conhecia, e compreendê-lo como fruto de reflexão e investigação me auxiliou na sua constituição como compromisso político e pedagógico coletivo, discutido tão amplamente na disciplina Políticas públicas, desencadeando uma reflexão coletiva e a elaboração de um trabalho onde foi possível aprofundar-se nas ações mobilizadoras e propulsoras de novas maneiras de fazer e pensar o Projeto Político Pedagógico na escola, vide anexo2.

Espera-se que o educador utilize-se de instrumentos articulados ao projeto político e que os mesmos garantam a organização do seu planejamento e fazer pedagógico, buscando contribuir efetivamente e qualitativamente com o desenvolvimento global da criança.

Não basta gostar de crianças, exclusivamente com a educação de 0 a 6 anos, como já escutei várias vezes, como requisito principal para exercer a função de professor, se não poderíamos ser substituídos tranquilamente por tias, avós, entre outros.

É muito difícil desmitificar os valores construídos a cerca da educação da primeira infância e do seu professor, como por exemplo, as nomenclaturas “tia”, “parquinho”, entre outros.

Infelizmente a escola de educação infantil até os dias de hoje é desconsiderada em seu trabalho pedagógico, tido muitas vezes como um lugar exclusivo para deixar a criança, e a mesma ser unicamente cuidada.

Estabelecer um trabalho em parceria com a família, através da participação constante da mesma na escola, pode ser um procedimento interessante para socializar as ações educativas, tornando o trabalho pedagógico mais completo.

É comum ver a expressão de surpresa dos pais e comunidade quando, expomos o trabalho realizado, as produções e apresentações das crianças, como se dissessem com o olhar: “Que legal, acontece tudo isso aqui!?”, por isso, acredito na importância de divulgar o trabalho, abrindo o mesmo para a comunidade e promovendo reflexões em relação a educação que deve ser oferecida à seus filhos.

Lembro-me de uma reunião de pais, iniciada com a seguinte atividade, dizer algo que o (a) marcou na sua infância na escola, ficou evidente que a maioria das experiências na escola de um modo geral foi traumática, no começo houve certa relutância para se expor, mas aos poucos o tiveram como um momento de desabafo, um assunto que talvez, nunca tivesse sido abordado, desde os tempos na escola.

Procurei depois de suas colocações, reportar à escola atual, objetivando a reflexão sobre que educação queriam para seus filhos, acredito que foi muito significativo, tanto para mim, quanto para os pais que tiveram a oportunidade de pensar, questionar e refletir sobre a educação, ontem e hoje.

Subestimar a capacidade de atuação dos pais e comunidade nas questões educacionais é perder fortes aliados ao processo educativo, por isso a abertura de

espaços, onde os mesmos tenham a possibilidade de questionar e opinar é imprescindível ao caráter educacional.

Então é importante um educador que acompanhe as transformações sociais, adaptando sua prática, acompanhando-as, que tenha clareza ao planejar, executar e avaliar e que utilize dos instrumentos oferecidos de forma crítica e não reprodutora de ações.

Exigir um perfil de educador responsável e comprometido com sua formação pessoal e profissional, e que busque coerência entre suas práticas e a fundamentação teórica que a sustenta, implica também garantir condições básicas para que isto aconteça de forma qualitativa e transformadora.

5.4-Os caminhos da afetividade

“Sentimento é a língua que o coração usa quando precisa mandar algum recado”

Adriana Falcão

É muito complexo falar sobre a afetividade e como ela acontece nas relações na sala de aula. Para compreender a afetividade nas relações professor/aluno e nossas atitudes, quanto educadores, é preciso primeiramente reportar-se ao passado e recordar como a mesma acontecia dentro da concepção tradicional de ensino, que eu mesma vivenciei, lembro-me, por exemplo, das minhas professoras no primário, a maioria, com expressões sérias na execução do seu ofício de ensinar tendo como preocupação maior a transmissão de conteúdos, exigindo silêncio, e muitas vezes reforçando o individualismo, não permitindo espaço para a emoção na sala de aula.

Marcas profundas que ainda hoje fazem parte do nosso dia-a dia, pois não é fácil nos relacionar, e expor nossos sentimentos e problemas, até mesmo quando encontramos dificuldades quanto ao trabalho educativo, acredito então que o individualismo ressaltado na educação tradicional, ainda hoje esteja involuntariamente enraizado.

Tenho então hoje um desafio ainda maior, não reproduzir estas práticas escolares tradicionais que vivenciei, não fazendo os meus alunos passarem por situações semelhantes às minhas, deixando marcas, sabe-se lá por quanto tempo em suas vidas pessoais e até profissionais.

Por isso é necessário ficar atento às relações que perpassam o cotidiano da sala de aula, envolvendo professor-aluno e todos envolvidos com o trabalho escolar, refletindo sobre o que os atraiem e distanciam um do outro.

Para Wallon (Galvão,1995), as teorias sobre emoções baseiam-se numa lógica mecanicista, e difíceis de serem compreendidas. Primeiro, ele as vê como reações incoerentes e tumultuadas e, em segundo lugar, destaca o poder ativador que têm as emoções, consideradas por ele positivas.

Vale ressaltar a necessidade de se ficar atento às dinâmicas coletivas que envolvem as emoções, por isso a importância dos conhecimentos sobre a natureza das emoções, pensadas na prática pedagógica, porque, embora na fase em que trabalho as crianças já se dispõem da linguagem verbal, ainda se comunicam fortemente pelas emoções, não apenas o choro, mas com o corpo inteiro e que são perceptíveis em sua expressão facial.

A afetividade não está presente somente no aluno da educação infantil, e sim em todo ser humano, e por isso deve ser trabalhado sempre, pois quando se tem a abertura para se falar dos sentimentos, é favorecida a sua manifestação, bem como as reflexões sobre as relações interpessoais que tanto almejamos favorecer.

É preciso que esse ser humano que sente, tenha ao longo da sua vida escolar, em suas relações com os outros oportunidades de construir cada vez mais seu lado afetivo pela expressão e manifestação de sentimentos que permitam-lhe compreender a si mesmo e sua relação com o outro.

Muitas vezes se confunde o que é ser afetivo, ligando a ações como, passar a mão na cabeça da criança, cuidar e tratar dela com carinho, embora afeição e

carinho e cuidados sejam essenciais, não são suficientes para favorecer o auto-domínio e conseqüentemente a autonomia moral da criança.

Enfim, fica claro a importância de ter conhecimento real sobre a afetividade, quer seja através das emoções, da força motora das ações ou do desejo e da transferência, para o melhor desenvolvimento da aprendizagem do aluno e, conseqüentemente, para uma melhor relação entre este e o professor. A escola, portanto, deve voltar-se para a qualidade das suas relações, valorizando o desenvolvimento afetivo, social e não apenas cognitivo como elementos fundamentais no desenvolvimento da criança como um todo.

5.5- “BRINCAR PRA QUE?”

“Brincar com a criança não é perder tempo, é ganhá-lo; Se é triste ver meninos sem escola, mais triste ainda é vê-los sentados e enfileirados, em salas sem ar, com exercícios estéreis, sem valor para a formação do homem” (Drummond)

Esta frase de Drummond, foi escolhida por mim para dar início a esta escrita sobre a brincadeira e seu valor, descoberto e utilizado realmente na minha atuação com as crianças pequenas, já que anteriormente com ensino fundamental não tive formação e exigência de sua utilização de forma efetiva e constante.

Pude visualizar recorrendo a imagem mental à situação descrita por ele, situações de aprendizagem que favoreciam apenas mecanismos de transmissão de conhecimentos, descartando a importância do lúdico para a construção dos mesmos.

É preciso ter claro a importância do lúdico à aprendizagem, acreditar e reconhecer a necessidade do mesmo no desenvolvimento da criança.

Tive a oportunidade de privilegiar o lúdico na minha atuação com as crianças pequenas, incorporá-lo no meu fazer pedagógico, e foi nas discussões e estudos que pude compreender melhor o significado e importância do mesmo no desenvolvimento humano, resultando no trabalho apresentado ‘a disciplina de Pensamento Psicológico e Educação: O lúdico e a formação do professor, vide anexo 3.

Confesso que quando assumi uma sala na Educação Infantil, literalmente não sabia promover estes momentos de forma contextualizada e significativa, precisei

me libertar de falsos conceitos que tinha e procurar resgatar muito da minha própria infância.

Reconhecer a importância e os benefícios destes momentos no cotidiano escolar foi o primeiro passo para construir conhecimentos com as crianças, de forma mais próxima e prazerosa.

Infelizmente, essa prática de utilização do brincar, muitas vezes não é levada a sério, nem ao menos pelos envolvidos diretamente com o processo de ensino e aprendizagem, principalmente no ensino fundamental, onde a exigência de transmissão de conteúdos escritos, dizem não permitir esse tipo de utilização do tempo, algo que eu mesma vivenciei nos meus tempos de professora no Ensino Fundamental.

O curso de pedagogia me trouxe a oportunidade de estudar e vivenciar os benefícios que o lúdico traz ao processo ensino-aprendizagem, mais aprofundada, discutido tão profundamente em Psicologia, Artes, Educação Física, entre outras.

Só é possível trabalhar de forma significativa e real, podendo atribuir significado e importância, aquilo a que se acredita, e para isso é imprescindível o conhecimento.

6. AVALIAÇÃO

“O ato de avaliar, por sua constituição mesma, não se destina a um julgamento definitivo, sobre alguma coisa, pessoa ou situação, pois que não é um ato seletivo. A avaliação se destina ao diagnóstico e por isso mesmo, à inclusão, destina-se à melhoria do ciclo da vida. Deste modo, por si um ato amoroso”

Luchesi, 1995:180

6.1- Avaliação, instrumento de inclusão ou exclusão social?

A frase de Luchesi define a finalidade principal que a avaliação devia ter na educação e em outras situações, mas nem sempre foi pensado desta forma, a avaliação sempre tratada no meu tempo de escola, como um julgamento de valor, como um fim a si mesmo, sempre foi aterrorizante, reforçando a visão estática e constatativa de uma avaliação classificatória.

Vivenciei no meu trabalho no Ensino Fundamental, uma avaliação conceitual, onde era atribuído valores ao conhecimento que o aluno tinha, confesso que me sentia desconfortável com esta situação, pois a minha formação escolar pautada em notas, que levava em conta um conhecimento decorado e sem sentido, sempre me causaram grande angústia.

Segundo Hoffmann (1998), avaliação sugere fortemente a contribuição entre o discurso e a prática de alguns educadores e educadoras, principalmente - a ação classificatória e autoria - exercida pela maioria, encontra explicação na concepção de avaliação do educador(a), reflexo de sua história de vida como aluno(a) /professo(a).

No ensino infantil, a avaliação é compreendida como parte fundamental, ocorrida durante todo o processo educativo, mas como um meio e não um fim em si mesmo, com a finalidade de redirecionar o trabalho pedagógico.

A LDB assim pronuncia a respeito da avaliação na educação infantil:

Art. 31: “Na Educação Infantil, a avaliação far-se-á mediante acompanhamento da criança, sem julgamento de aprovação, mesmo para o acesso para o ensino fundamental”

O registro da história da criança é um instrumento importantíssimo, no processo avaliativo, não devendo ficar apenas na memória, pois deve ser pensada em seu significado e não como coleta de dados ou atendimento à função burocrática.

Ao elaborar um relatório de avaliação deve se romper a visão estática e quantitativa, pois o objetivo não é apontar o que a criança sabe ou não, já que o trabalho educativo deve estar voltado para o desenvolvimento integral dos indivíduos, mediante a melhoria da compreensão do meio em que vivem, maiores percepções de si mesmo, elevação sócio cultural das suas condições de vida e desenvolvimento de valores próprios de uma sociedade em mudança.

A avaliação deve se constituir como um instrumento voltado para reorientar a prática educativa, e nesse sentido, deve se dar de forma sistemática e contínua, tendo como objetivo principal a melhoria da ação educativa.

São muitas alternativas possíveis para acompanhar os progressos da criança, mas somente o comprometimento pode transformar o instrumento de avaliação em prol a criança e seu desenvolvimento, privilegiado o processo e não o produto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O que há de pesquisador no professor não é uma qualidade ou uma forma de ser ou de atuar que se acrescente à de ensinar. Faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa.(...) Ninguém forma ninguém. Cada um forma a si próprio”

Paulo Freire (1996)

A Universidade é mais uma etapa se concretizando do longo caminho que ainda é preciso trilhar, por meio dela foi possível, viajar, sonhar, se decepcionar e principalmente ter a chance de construir um olhar próprio às coisas.

Conhecer com mais aprofundamento as questões ligadas à educação me permitiu ampliar nossos conhecimentos, embora é preciso saber que a teoria por si própria, não transforma o mundo, contribui para sua transformação, através da assimilação dos que irão utilizá-las em atos reais e efetivos.

Por isso, é necessários que os conhecimentos construídos sejam instrumentos de indagação e reflexão, e não para a alienação, para que possam atuar mudando a realidade atual, enriquecendo a prática.

E por conta de tais reflexões que procuro através do meu fazer pedagógico, buscar fontes que me subsidiem sobre a construção das relações em sala de aula, pautadas na realidade infantil, ampliando e contextualizando procedimentos, para que os mesmos sejam realizados de forma planejada, consciente e real.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÉS, Philippe. **História Social da criança e da família**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1981.

ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre – Imagens e Auto Imagens**. 1a edição, Petrópolis, Vozes, 2000.

BANDINTER, Elisabeth. Prefácio. In Bandinter, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. R.J., Nova fronteira, 1985.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação**. São Paulo, Summus, 1984.

CAMARGO, Ana Maria Faccioli; RIBEIRO, Claudia. **Sexualidade(s) e Infância(s): A sexualidade com no um tema transversal**; São Paulo: Moderna; Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 1999 – (Ed. em pauta).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**, São Paulo, Editora Paz e Terra, 1996.

GALVÃO, Izabel. Henri Wallon – **Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**, Petrópolis, Editora Vozes, 1995.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora: educação e realidade**. 17. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

KRAMER, Sonia. **De que professor precisamos para a Educação Infantil?**: Pátio Educação Infantil, Porto Alegre, RS ano I nº. 2. 10-13: Uma pergunta várias respostas. Agosto/novembro, 2003.

KRAMER, Sonia. **O papel social da Pré-escola**. Cadernos de Pesquisa 58, Fundação Carlos Chagas. São Paulo, 1986.

KENSKI, Vani Moreira. Memória e Prática Docente. In BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). **As faces da memória**. Campinas: Centro de Memória - Unicamp, 1996.

KINCHELOE, J.L. **Esqueceram de mim e Bad to the bone: o advento da infância pós-moderna**. In: Steinberg, S.R. & Kincheloe, J.L. Cultura Infantil: a construção corporativa da Infância. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 2ª edição, São Paulo, Editora Cortez, 1995.

PROPOSTA CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL - Americana, 2003.

REFERENCIAL NACIONAL CURRICULAR PARA EDUCAÇÃO INFANTIL- volume 1, 2 e 3 – MEC/SEF- Brasília, 1998.

WAJSKOP, Gisela. **Desafio da formação profissional do docente de educação infantil**. Pátio Educação Infantil, Porto Alegre, RS. Artmed, ano I, nº. 2, 14 – 17 agosto/novembro, 2003.

WARSCHAEUER, Cecília. **A roda e o registro: uma parceria entre professor, alunos e conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1993.

Anexo 1

** Trabalho apresentado à disciplina de Sexualidade ministrada pela professora assistente pedagógica Jussara*

CONVIVENDO COM A SEXUALIDADE

Sou educadora na rede de Educação Infantil e trabalho com crianças de 4 e 5 anos. A proposta deste relato pela disciplina Teoria Pedagógica e Produção em Saúde e Sexualidade, no início me causou certo estranhamento, pois o mesmo deixaria exposto algo que nem eu mesma sei, se sei lidar, minha postura e olhar perante manifestações sexuais na sala de aula, implicando sentimentos, valores e formação cultural e pessoal.

Assumi corajosamente este exercício de escrita como um desafio para desconstruir tabus que foram construídos e impostos ao longo da minha vida, escolhendo então um tema da minha realidade, citado na Proposta Pedagógica da Educação Infantil do município que atuo como professora: Convivendo com a sexualidade.

Segundo a proposta, “As manifestações sexuais das crianças devem ser consideradas como um exercício de auto-conhecimento, tão importante quanto às interações que elas estabelecem com os outros para o processo de construção da identidade de gênero, que é estruturada a partir de aspectos biológicos, psicológicos e sócio-culturais.”

Complementando com a definição da Organização Mundial da Saúde, que a sexualidade não se limita apenas a questão do prazer, ela influencia pensamentos,

sentimentos, ações e a saúde física e mental, portanto, se saúde é um direito humano fundamental, a saúde sexual também deve ser considerada um direito humano básico.

Partindo destas citações realizei minha reflexão, sobre alguns fatos acontecidos em sala de aula e que nem sempre são vistos como exercício de auto-conhecimento pelos envolvidos, como professor, escola, família, comunidade e outros que procuram tumultuar e escandalizar o assunto.

A sexualidade infantil é uma realidade, mesmo que não a aceitamos, desde pequena a criança explora seu corpo e faz perguntas sobre sexo de forma espontânea e natural, ao contrário das formas de lidar e responder estas perguntas.

Nossas crianças são expostas e bombardeadas a qualquer hora do dia por temas que envolvam a sexualidade e a erotização precoce, em novelas, reality show, programas, quadros de humor, entre outros de forma normal, liberal e banal, tão diferente da instituição escolar que ainda se sente limitada, constrangida e incapaz de lidar com estes assuntos, evitando-o.

Diversos fatores inibem o trabalho, destacando a insegurança, pois eu mesma acreditava ser imprudente e inadequado trabalhar este tema com crianças pequenas, influenciada por valores morais próprios da minha formação e o medo da pressão dos pais.

Faz apenas 3 anos e meio que trabalho com educação infantil, e nos anos anteriores nunca vivenciei (ou talvez não tivesse este olhar) uma situação de manifestação “explícita” de uma precoce atitude sexual, este ano mas especificamente no segundo semestre, algo me intrigou.

Um dia observei um grande alvoroço, crianças gritando escandalizadas, algumas rindo e outras até constrangidas, presenciando três meninos que queriam agarrar algumas meninas para beijá-las na boca, utilizando a força, provocando vários sentimentos por parte de todos do grupo: revolta, incentivo, satisfação, constrangimento, medo, entre outros.

Confesso que fiquei preocupada e um tanto desesperada, pois já havíamos tido recentemente na rede escândalos ditos “sexuais”, e pais e crianças estavam alvoroçados, e mal informados sobre os assuntos. Busquei demonstrar calma e segurança e pensar em como lidar com aquela situação, embora a primeira coisa que me veio a cabeça foi fazer um discurso moralista para sanar de vez com o problema, como se fosse a solução, apesar de intimamente ter a certeza de que o mesmo seria incapaz de provocar reais mudanças de comportamento entre as crianças.

Contive-me, pois as palavras que discursaria colocariam apenas valores éticos próprios da minha formação familiar e religiosa, sem levar em conta a discussão e reflexão que a disciplina de sexualidade promoveu, e também, quem somos nós para afirmar ou julgar o que é certo ou errado de forma pronta e acabada?

Busquei outra alternativa, no mesmo dia quando estávamos na roda, provoquei uma conversa sobre o acontecido, buscando informações e hipóteses que justificassem aquelas atitudes tomadas pelos meninos e nas colocações das crianças ficou evidente que o que os estimulavam eram influências familiares, culturais (ser homem) e o que presenciavam veiculados pela mídia na sociedade.

Abordei com as crianças a questão dos sentimentos, o que cada uma das partes sentia com o fato, onde colocaram vários sentimentos, alguns disseram, “era nojento, que não podia agarrar sem que o outro permitisse, que devia ter respeito, o qual questionei o que era respeitar, tendo como resposta, não fazer algo que o colega não queria”, e outros nem sabiam o que dizer, sinto que é muito difícil encontrar meios para trabalhar situações como estas, e que o processo será lento, pois não há uma receita para lidar com os fatos que encontramos no nosso dia a dia.

Acredito que a criança tem o direito a uma educação sexual imparcial, e que é necessário uma mudança onde se promovam momentos de reflexões que os auxiliem a pensar criticamente e julgar as coisas da vida, sem se deixarem influenciar por mitos e valores impostos.

A família e a escola têm o dever de informar, discutir, aconselhar e proteger nossas crianças da má informação e dos falsos valores e influências, desconstruindo a visão obscura em que a sexualidade esta envolvida no ambiente escolar e familiar.

Anexo 2

Projeto Político Pedagógico

Adriana Cristina Ferreira Bueno *

Arminda Matias Suzigan **

Fabiana de Souza Costa Melo ***

Fernanda Siqueira Cordeiro ****

Resumo:

Este artigo tem como objetivo demonstrar a importância que um Projeto Político Pedagógico tem para a organização e vivência de uma escola que visa qualidade de ensino e organização curricular.

Num primeiro momento é apresentada importância do Projeto Político Pedagógico para uma unidade escolar, apontando o papel essencial que a escola assume perante um ensino de qualidade, no qual necessita organização da prática pedagógica. Num segundo momento apontamos a gestão participativa que envolve sua elaboração, no qual desemboca na própria autonomia da escola em direcionar sua prática.

Finaliza-se o mesmo enfatizando que o Projeto Político Pedagógico só terá sentido se for pensado e elaborado por todos envolvidos e comprometidos com o processo educativo.

Palavras-chave: projeto político pedagógico, gestão participativa, comunidade, qualidade de ensino.

* Auxiliar de desenvolvimento infantil, rede municipal de Americana – SP, maternal II, 3 anos;

** Professora de educação infantil, rede municipal de Americana – SP, nível I/II, 4 e 5 anos;

*** Professora de educação infantil, rede municipal de Americana – SP, nível I/II. 4 e 5 anos;

“Todo jardim começa com um sonho de amor. Antes que qualquer árvore seja plantada, ou qualquer lago seja construído, é preciso que as árvores e os lagos tenham nascido dentro da alma. Quem não tem jardins por dentro, não planta jardins por fora. E nem passeia por ele...”

Rubem Alves

Objetivando fazer, um breve levantamento acerca do Projeto Político Pedagógico como instrumento da dinâmica da gestão, demonstrar a importância que tem para a organização e vivência de uma escola que visa qualidade de ensino e organização curricular, a luz dos conhecimentos produzidos em sala de aula, nos textos estudados, bem como as barreiras enfrentadas no percurso de sua elaboração, na participação coletiva e efetivação, dentro das unidades em que trabalhamos.

Vivemos a época da “cultura de projeto” em nossa sociedade, onde as condutas de antecipação para prever e explorar o futuro fazem parte de nosso presente. Nada que realizamos em nossas vidas, com o intuito de sermos bem sucedidos, é feito sem antes planejarmos bem nossos atos.

O projeto Político Pedagógico de uma escola não poderia ser diferente. É uma ação intencional com objetivos e compromissos que devem ser definidos coletivamente, perante discussões de problemas existentes na Unidade Escolar em ação, buscando alternativas viáveis. É segundo VASCONCELLOS (1995, P. 143) um instrumento teórico-metodológico, que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, de forma refletida, consciente, sistematizada, científica e participativa. Tudo que for criado para o bem da escola deve surgir por ocasião de seu próprio cotidiano e retornar a ele, para assim poder ser válido e ter respectivo

*** Auxiliar de desenvolvimento infantil, rede municipal de americana – SP, berçário II, 1a e 8 m;

valor, e sucessivamente dar possibilidade de todos os envolvidos de ressignificarem também seus conceitos e valores, objetivando o bem comum.

Procurar criar oportunidades em que as crianças, alunos, tomem consciência de que o mundo em que estão inseridos é individualista, violento e imediatista e que por isso precisam buscar junto à escola e na sociedade, a humanização das ações, resgatando conceitos como a solidariedade, a democracia, a inclusão, o respeito, o posicionamento crítico diante do mundo.

“É preciso uma decisão consciente, muita mística, muita garra, para estabelecer uma Pedagogia de Direito, numa Sociedade de conflitos, onde só na luta se espera com esperança”.

Paulo Freire

A globalização tem permitido uma contínua e progressiva internacionalização econômica e sociocultural, o que explica seus efeitos sobre a formação das identidades (coletivas e pessoais, nacionais e locais), tornando-as mais plurais e mais diversas.

A escola, ou melhor, a educação também sofre sua parcela de crise de identidade e hoje no 3º milênio se faz necessário que se assuma, como compromisso permanente, o desafio de construir uma identidade sociocultural que apesar de estar influenciada pelo contexto econômico não pode se subjugar ao mesmo.

A busca da identidade sociocultural inicia-se nos primórdios de nossas vidas: a que família pertencemos, as brincadeiras que praticamos, o bairro em que vivemos, o nosso jeito peculiar de falar e outros.

Tornar a criança, o aluno, um cidadão envolve desenvolver uma prática educativa que permita pensar sobre sua realidade, identificar os obstáculos e propor soluções, para isso a educação deve ser desafiante.

“A escola é um lugar de ensino e difusão do conhecimento, é instrumento para o acesso das camadas populares ao saber elaborado; É, simultaneamente, meio educativo de socialização do aluno no mundo social. O ensino, como mediação técnica, deve dar a todos uma formação cultural e científica de alto nível; A socialização, como mediação sócio-política deve cuidar da formação da personalidade social em face de uma nova cultura” (LIBÂNEO, 1990, p.75).

Nas discussões que vão desde a importância de um projeto para a escola até mesmo a louca corrida pela execução da antiga pedagogia de projetos, mais que só agora foi descoberta por algumas autoridades da educação que a todo custo, mais uma vez tenta as pressas implantá-las, como se esta fosse novamente o ovo de Colombo da educação brasileira, que no decorrer da sua história já descobriu outros ovos que também a todo custo tentaram empurrá-los garganta adentro dos professores.

A construção do Projeto Político Pedagógico passa pela capacidade da escola em delinear sua própria identidade, e com isto resgatar seu foco de espaço público, lugar de debates, diálogos, de instituição social inserida numa sociedade capitalista, que reflete em seu interior as determinações e contradições dessa sociedade, almejando o melhor para si e assim como para todos os que estiverem envolvidos em seu contexto. O Projeto Político Pedagógico é segundo VEIGA (1995, p. 110) um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando, de que maneira, por quem, para chegar a que resultados. Além disso, explica uma filosofia e harmoniza as diretrizes da educação nacional com a realidade da escola, traduzindo sua autonomia e definindo seu compromisso com a clientela.

A necessidade de um projeto político pedagógico na escola antecede a qualquer decisão política ou exigência legal, à que enquanto educadores, e enquanto membros da instituição escola devemos ter claro a que horizonte pretendemos chegar com nossas crianças, alunos, com comunidade e com a

sociedade, caso contrário não estaremos exercendo o nosso papel de educador, mas simplesmente de “aventureiros” que não sabe onde quer chegar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/94), em seu artigo 12, inciso I, prevê que “os estabelecimentos de ensino, tem a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”, deixando explícita a idéia de que a escola não pode prescindir da reflexão sobre sua intencionalidade educativa. Assim sendo, o projeto pedagógico passou a ser objeto prioritário de estudo e de muita discussão.

O sucesso de um projeto político pedagógico está intimamente intrelaçado ao envolvimento das pessoas que o colocarão em prática, na etapa de sua construção, pois é no decorrer desse processo que se conquista o compromisso para sua realização.

O caminho mais democrático para a elaboração do projeto político pedagógico é o da formulação por equipes, repercussão abrangente e reelaboração coletiva, na etapa de projeto e, na etapa de execução, implementação por equipes, avaliação institucional e reelaboração continua, sendo as comissões de trabalho designadas por portarias e abertas às contribuições voluntárias da comunidade.

Porém a participação da comunidade é paliativa, tendo sua representação insignificante, meramente figurativa no papel dos pais os quais são “convidados” à fiscalização do que a escola lhe concede.

Para que se consiga fazer válido a participação dos diferentes segmentos da escola nas ações administrativas, pedagógicas e financeiras da escola, é necessário praticar-se a gestão participativa, descentralizando o poder de decisão somente a

umas das partes envolvidas. A gestão democrática implica, em repensar a estrutura de poder na escola, tendo em vista à socialização do mesmo.

A participação da comunidade, de acordo com Paro, na gestão da escola pública encontra um sem número de obstáculos para concretizar-se, razão pela qual um dos requisitos básicos e preliminares para aqueles que se disponham a promovê-la é estar convencido da relevância e da necessidade dessa participação, de modo a não desistir diante das primeiras dificuldades.

Fica aqui expressas algumas das indagações:

Será que a escola vai assumir ou ter apenas um projeto escrito? Continuar com as mesmas e velhas práticas autoritárias e alienantes, pregando demagogia e falando de formação para a cidadania e para o viver da democracia?

Há que se considerar, também, que sua prática está tão perpassada pelo autoritarismo, que o discurso liberalizante mal consegue escamoteá-lo.

Claramente que as mudanças na educação, não acontecem quando são de cima para baixo. Se a escola é fruto da sociedade, é conseqüência dos saberes construídos socialmente, culturalmente, subjetivamente pelas pessoas que estão diretamente ligados a esta realidade. Alunos, professores, comunidades, não podem figurar apenas nos papéis e nas propostas, devem fazer parte do sistema de reformulação do pensar a educação e a escola. Para que tudo aconteça de forma agradável é preciso que as relações de trabalho, outro elemento presente no projeto seja de solidariedade e de compromisso com a educação, e focalizando o bem daquela unidade escolar. Não devem existir conflitos e desarmonia. Todos devem olhar para uma mesma direção, objetivando o funcionamento da escola.

Sua existência não encerra o processo nem acarreta resultado final. Ao contrário, sempre faz reiniciar a discussão no meio-termo entre envolvimento e criatividade crítica, avaliação e aperfeiçoamento.

Sendo assim, a mola principal das mudanças, é postura e crença do educador num repensar a educação e a sua própria caminhada, senão, como já disse ex Ministro da Educação Carlos Chiarelli em 1992 “os professores fingem que ensinam, os alunos fingem que aprendem e o governo finge que controla”, quando na verdade deveríamos assumir o papel de educador, para tentarmos envolver empolgar a sociedade a lutar por uma educação mais real, digna de um país de 500 anos de “descobrimento”.

Considerações finais

Este artigo teve a intenção de apontar aspectos relevantes da elaboração e vivência de um Projeto Político Pedagógico, bem como a importância que acarreta na organização de uma escola, abrangendo todo seu currículo organizacional.

Procuramos detalhar que sua construção deve emergir de idéias, perspectivas, anseios de mudanças que o coletivo da escola sente e deseja mudar em sua unidade escolar.

Nesta perspectiva, espera-se poder contribuir para os profissionais comprometidos com a educação que buscam registrar em seu projeto maior (da escola) toda organização necessária para que a mesma possa acontecer.

Bibliografia

LIBÂNEO, Cipriano Carlos. Democratização da Escola Pública. São Paulo; Loyola, 1990.

PARO, V.H. Participação da comunidade na gestão democrática da escola. Pública. Trabalho apresentado, em 22/5/1991, no Seminário “O papel do Diretor e a Escola de 1º Grau”, promovido pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE, em São Paulo, SP. Publicado inicialmente em Série Idéias, São Paulo, n.12, 1192, p.39-47.

VASCONCELLOS, C.S. **Planejamento**: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. São Paulo: Libertat, 1995.

VEIGA, I P. (org.). **Projeto político pedagógico da escola**: uma construção possível, Campinas; Papyrus, 1995

KUENZER, Acácia Zeneida. “Exclusão includente e inclusão excludente: A nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho “In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval, e SANFELICE, José Luís (orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: Autores Associados. HISTERDBR, 2002.p.77-95 (Coleção educação contemporânea).

ANEXO 3

Trabalho apresentado à disciplina de Pensamento Psicológico e Educação ministrada pela professora Assistente Pedagogia Angélica Nunes. Novembro, 2003

O LÚDICO E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR

O presente texto pretende realizar uma pequena abordagem do lúdico destacando sua importância à aprendizagem, e necessidade do mesmo na formação de professores.

À medida que avançam os estudos e pesquisas no campo da ludicidade, podemos verificar que o brincar é essencial ao desenvolvimento pessoal e social, a construção do conhecimento, interação com o meio ambiente e expressão, sendo consenso e foco principal do trabalho de vários teóricos, como Vygotsky, Piaget, Wallon e todos comprometidos com o ensino e aprendizagem.

A brincadeira é um espaço de aprendizagem individual ou coletiva, que proporciona à criança agir além do seu comportamento cotidiano e do das crianças de sua idade. Pois, ao brincar ela se encontra com o mundo de corpo e alma, o percebe e dele recebe elementos importantes à sua vida, desde os mais significantes hábitos, até fatores determinantes de sua cultura.

Segundo Vygotsky, *“A ação numa situação imaginária ensina a criança a dirigir seu comportamento não pela percepção imediata dos objetos ou pela situação que a afeta de imediato, mas também pelo significado dessa situação”*.

Com esta afirmação observamos que a brincadeira exige e ensina a lidar e interpretar diversas situações, tais como: regras, papéis, argumentos, ordens, problemas, entre outros, fornecendo ao participante a possibilidade de estabelecer uma rede de relações, mas a mesma, quando negligenciada, sem reconhecimento e planejamento, perde o objetivo e acaba tornando-se mero passatempo.

Diversas são as contribuições dadas por grandes estudiosos, que atribuem grande valor e significado ao lúdico, destacando suas importantes funções, como a socializadora, psicológica e pedagógica, e demonstrando vantagens que o mesmo traz ao trabalho em sala de aula. Estas razões nos trazem muitas reflexões e indagações, tais como:

É possível que mesmo com todos esses benefícios que a atividade lúdica traz ao desenvolvimento, educadores ainda não a utilizem como prática pedagógica presente nas suas salas de aulas?

Será que as instituições educacionais destinadas à formação de professores abordam a ludicidade e as tratam especificamente nos seus currículos?

Infelizmente, essa prática de utilização do brincar, muitas vezes não é levada a sério, nem ao menos pelos envolvidos diretamente com o processo de ensino e aprendizagem, principalmente no ensino fundamental, onde a exigência de transmissão de conteúdos escritos, dizem não permitir esse tipo de utilização do tempo.

Também, temos a questão da não familiarização com o trabalho lúdico, pois muitos professores não se sentem seguros, e não conseguem orientar, interferir e fazer a relação do que será proposto nestas atividades.

Partindo deste pressuposto, é possível constatar a necessidade deste trabalho junto ao educador, pois, quando o mesmo tem a oportunidade de receber uma formação lúdica, ele pode vivenciar intimamente aquele momento, conhecer-se, reconhecer suas potencialidades, limitações e lidar com situações que o auxiliarão no planejamento e realização do trabalho com seus educandos na sala de aula, tendo a possibilidade de fazer a relação entre a prática e a teoria.

Não é apenas aprender a brincar, pois esta atividade implica um senso maior de criticidade sobre sua ação como educador, assumindo atitudes investigativas sobre o caráter real das atividades lúdicas propostas no âmbito educacional e suas possibilidades, já que o mesmo é bem mais abrangente e com objetivos que vão além do brincar por brincar .

No entanto se dinamizarmos conteúdos sistematizados na formação de professores, até mesmo nas universidades com o propósito de despertar a ludicidade nestes adultos, estaremos contribuindo para que o mesmo seja um elemento utilizado conscientemente em sala de aula para gerar criatividade, sensibilidade e construção de conhecimentos por ambas as partes, tanto para o professor, quanto para os seus alunos.

Assim, verificamos que a falta de formação de professores nesta área, inibe, limitando uma maior capacidade, ampliação e eficácia do processo de construção de saberes, de forma agradável, significativa e criativa.

Quando é feita a opção consciente de aberturas de espaços onde o lúdico esteja presente com objetivos claros, definidos, com pessoas comprometidas e que o professor seja sujeito de sua prática, é proporcionado à promoção do

desenvolvimento e da aprendizagem, onde a ação transformadora se faz presente no trilhar do conhecimento que passa a ser mais produtivo, eficiente e feliz.

BIBLIOGRAFIA

MACEDO, Lino de. Os jogos e sua importância na escola, Instituto de Psicologia da USP, Maio/1995 pp 5 –10.

CONTI, Luciane de. O Brinquedo de Pré-Ecolares: Um espaço de Ressignificação Cultural, Dissertação de Mestrado.

CAFÉ, Carina, Gleiciane Ramos, Maurício Filho, Vanda Núbia Ramos. A Ludicidade na Formação do Professor.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. A formação social da mente, 6ª edição, São Paulo.